

Avaliação de Impacto do Gabinete Compartilhado

Metodologia RCT (Randomized Controlled Trial).



1. Metodologia RCT (Randomized Controlled Trial)	3
1.1 Por que fazer uma avaliação aleatorizada?	3
1.2 Construção da amostra de elegíveis	5
1.3 Representatividade sem abrir mão do rigor científico	7
1.4 Aleatorização (sorteio)	8
Capitais	8
Não capitais	9
1.5 Lista de espera e substituições	11
1.6 Amostra final	12
2. Estratégia de Mobilização	14
2.1 Desafios gerais	16
2.2 Desafios específicos à mobilização do grupo de controle	17
3. Apêndice	19
Tabela: comparação entre capitais e não capitais	19
Infográfico: Aleatorização Gabinete Compartilhado	19

1. Metodologia RCT (*Randomized Controlled Trial*)

A partir das eleições de 2024, a Rede A Ponte decidiu expandir seu programa de acompanhamento técnico e contínuo de mandatos, o Gabinete Compartilhado (já existente desde 2021) para um novo ciclo que pretende acompanhar até 100 vereadoras eleitas para a legislatura 2025–2028. Desde 2021, enfrentamos duas questões desafiadoras: 1. Como alcançar mandatos que estão fora das nossas redes de contato mais imediato, ampliando as possibilidades de oferecer o apoio dA Ponte àquelas que mais necessitam e que, devido às desigualdades estruturais e regionais, geralmente não chegam a nosso escopo de influência (por mais que tenhamos uma equipe profundamente diversa e espalhada pelas cinco regiões do país); 2. Como medir o impacto do nosso programa de apoio contínuo nesses mandatos.

Pensando no objetivo de avaliar o impacto do programa de forma rigorosa e embasada em evidências, implementamos uma metodologia de Avaliação Experimental (do inglês, *Randomized Controlled Trial* ou RCT). Esse tipo de avaliação permite mensurar, com alto grau de confiança estatística, se e como o apoio técnico fornecido pelo Gabinete Compartilhado contribui para o fortalecimento dos mandatos atendidos, além de avaliar o efeito do programa em aspirações políticas futuras e na saúde mental das atendidas.

Para isso, foi desenvolvido um processo cuidadoso de seleção e sorteio das participantes a partir dos dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Esse sorteio, por sua vez, nos permitiu superar o problema do nosso alcance, tornando mais justa a distribuição do nosso apoio, uma vez que, na linha dos objetivos da organização, pudemos desenvolver a metodologia para incorporar critérios de equidade e representatividade (como raça, região e alinhamento ideológico), sem comprometer a validade estatística do experimento. Essa metodologia nos permitiu chegar em municípios e mandatos totalmente desconhecidos por nossa equipe, aumentando consideravelmente a capilaridade territorial, enriquecendo e diversificando o impacto do nosso trabalho. A seguir, detalhamos as etapas desse processo.

1.1 Por que fazer uma avaliação aleatorizada?

O Gabinete Compartilhado é um programa de apoio técnico e político a vereadoras comprometidas com a defesa dos direitos humanos, da equidade racial e de gênero, e da justiça social. Para entender com clareza se o programa está alcançando seus objetivos e

com que intensidade, optamos por realizar uma **avaliação experimental de impacto**, também chamada de RCT, ou experimento com sorteio aleatório.

Esse tipo de avaliação é reconhecido por economistas e especialistas em políticas públicas como uma das formas mais confiáveis para se responder a uma pergunta simples, mas fundamental: **o programa faz diferença?** A relevância metodológica do RCT foi reconhecida mundialmente a partir da concessão do Prêmio Nobel de Economia em 2019 a Abhijit Banerjee, Esther Duflo e Michael Kremer. Os pesquisadores receberam a premiação por dedicarem suas carreiras a mostrar como avaliações desse tipo podem ajudar a enfrentar desafios sociais relacionados à pobreza, educação e saúde. Ao aleatorizar o acesso a políticas de governo e ações de impacto de ONGs, é possível testar, de maneira científica, o que realmente funciona em termos de intervenções como a concessão de microcrédito, a distribuição de mosquiteiras para prevenir doenças, a construção de cisternas para acesso à água ou mudanças no tamanho de turmas da educação básica..

O processo de seleção das vereadoras que recebem o apoio do Gabinete Compartilhado é feito por meio de sorteio. Esse sorteio não é aleatório no sentido de "sem critério", mas sim *aleatorizado*, para garantir a comparação justa entre vereadoras que receberam o programa e outras que não receberam, dado que são semelhantes em características que podemos medir (como idade e escolaridade, por exemplo). A lógica é intuitiva: se o apoio fosse distribuído apenas para quem primeiro aceitasse participar ou para quem tivesse maior proximidade política com a organização, haveria o risco de que as diferenças observadas entre as participantes e as não participantes nas dimensões atingidas pelo programa refletissem em parte essas características iniciais, e não o efeito do programa.

O sorteio resolve esse problema porque assegura que, em média, os dois grupos (as vereadoras que recebem apoio do Gabinete Compartilhado e as que não recebem) tenham perfis comparáveis, ao menos em características que conseguimos medir (por exemplo, idade, raça, território e a quantidade de outras mulheres vereadoras na câmara). Assim, qualquer diferença futura em suas trajetórias pode ser atribuída ao efeito do programa, e não a fatores externos.

Para isso, levamos em consideração a grande diversidade de contextos dentro do Brasil. As vereadoras enfrentam realidades políticas e sociais muito distintas de acordo com a região, o porte do município e a composição de suas câmaras. Por isso, o sorteio foi feito de maneira **controlada**: as vereadoras foram primeiro organizadas em grupos que reuniam características semelhantes (especificamente: região do país, orientação política e

cor/raça). Foi definido um número de vagas para cada grupo, de forma que a amostra final de 100 parlamentares fosse composta de pelo menos 75% vereadoras negras e indígenas, além de 25% do Nordeste, 20% do Norte, 15% do Centro-Oeste, 25% do Sudeste e 15% do Sul. Finalmente, 54 vagas foram reservadas para candidatas de partidos considerados pela Rede A Ponte como comprometidos com os direitos humanos e com a consolidação da democracia brasileira, em linha com os objetivos e princípios da organização.

Dentro de cada grupo, que tem entre 1 e 20 vagas a depender da quantidade de vereadoras disponíveis, foram criados subgrupos ainda menores. Tais subgrupos visam garantir a comparabilidade dentro de cada grupo com características específicas. Em outras palavras, a ideia é que dentro de cada grupo, por exemplo, de mulheres negras, de esquerda e do Nordeste, consigamos ter subgrupos com vereadoras parecidas tanto em características individuais (como escolaridade) quanto naquelas locais (como percentual de votação em mulheres em 2024, tamanho da população e Índice de Desenvolvimento Humano do município).

Dentro de cada subgrupo, uma vereadora é escolhida aleatoriamente para receber o tratamento, e as restantes são designadas para o controle. Dessa forma, garantimos que o grupo de controle não seja formado apenas por vereadoras de um certo tipo de município ou de um único espectro político, mas sim por um conjunto diverso que reflete a mesma pluralidade das tratadas. Quando a vereadora escolhida para o tratamento não responde ou se recusa a fazer parte da rede, todo o seu subgrupo (ou seja, ela e as vereadoras designadas para o grupo de controle) saem da amostra, justamente para preservar a comparabilidade. O conjunto de critérios explicados acima garante a confiabilidade da avaliação e a possibilidade de generalização dos resultados para diferentes contextos.

1.2 Construção da amostra de elegíveis

A base inicial foi construída a partir dos dados oficiais do TSE sobre todas as vereadoras eleitas em 2024. Primeiramente, foram aplicados os seguintes critérios de elegibilidade, de acordo com as respectivas justificativas:

Critério	Explicação
Apenas vereadoras em primeiro mandato	Avaliar os desafios relacionados à entrada de mulheres na política local, garantindo comparações justas entre vereadoras
Alinhamento com a Carta de Princípios da Rede A Ponte (checado por meio de verificação de redes sociais)	Evitar a integração de candidaturas à Rede que ataquem o meio ambiente ou promovam a militarização, a restrição de direitos sexuais e reprodutivos e qualquer tipo de intolerância, por exemplo.
Exclusão de partidos participantes da coalizão do candidato Jair Bolsonaro em 2022 ¹	Não fortalecer a carreira de mulheres que não estão alinhadas com os princípios da organização.

Seguindo a classificação de gênero do TSE, foram selecionadas um total de 10.532 vereadoras eleitas em 2024. Após a filtragem de partidos, restaram aproximadamente **3.500 vereadoras elegíveis**, distribuídas em mais de **2.600 municípios** brasileiros. Assim, seguiu-se com a aplicação dos critérios 1 e 2, que envolveram processos quantitativos e qualitativos de validação.

O critério 1 foi aplicado a partir do desenvolvimento de uma estratégia algorítmica de reconhecimento de nomes chamada de *fuzzy match*². Tal estratégia foi necessária devido à indisponibilidade da variável CPF na base de dados do TSE, que permitia conectar candidatos ao longo de eleições, mesmo que os mesmos mudassem, por exemplo, o nome escolhido na urna, ou o sobrenome por conta de um casamento ou divórcio. Como o código de identificação de cada candidato não é estável ao longo dos anos, foi necessária uma comparação intra municipal entre as vereadoras eleitas em 2024 e aquelas eleitas em anos anteriores. A partir de observação dos nomes conectados pelo algoritmo do *fuzzy match*, foi definido um critério de corte de similaridade (0.9842) a partir do qual foram excluídas as vereadoras identificadas, supondo que eram candidatas à reeleição visto que existiam em bases de dados com informações de eleições anteriores.

¹ São eles: DC, NOVO, PL, PODEMOS, PP, PRD, PROS, PRTB, REPUBLICANOS.

² O procedimento de *fuzzy match* compara nomes de candidatas das duas bases e calcula um índice que mede o quão parecidos eles são. No nosso caso, juntamos também o código do município a cada nome, para garantir que a comparação só fosse válida entre pessoas do mesmo município; se os municípios não eram os mesmos, a semelhança era anulada.

Após a exclusão dos partidos supracitados da base, utilizando as informações providas pelo TSE, e a exclusão de candidatas à reeleição, foi aplicado o critério de alinhamento com a Carta de Princípios da Rede A Ponte. Com 3,674 vereadoras restantes na base, cujas redes sociais são divulgadas pelo TSE, foi organizada uma força-tarefa de validação dentro da equipe, que verificou as postagens no instagram de todas as vereadoras de capitais e não capitais. O objetivo de verificar as postagens era procurar qualquer tipo de publicação que contivesse apoio a pautas que vão contra as diretrizes de ação dA Ponte. Essa etapa excluiu 1.153 candidatas ou 43% da amostra de candidatas provenientes de não capitais.

O processo de seleção de candidatas de capitais gerou uma amostra de 61 candidatas, das quais 8 foram excluídas por pertencerem a capitais com pelo menos uma vereadora que já fazia parte da rede. O processo de verificação de perfis, nesse caso, excluiu 15 vereadoras seguindo os critérios 1 e 2. A amostra final de elegíveis para o tratamento ficou com 40 vereadoras nas capitais e 1.528 nas demais cidades.

A partir das duas amostras validadas, foi realizado um sorteio aleatório onde, para cada município, era selecionada uma vereadora eleita. A opção por selecionar apenas **uma vereadora por município** foi feita a fim de evitar interferências cruzadas no efeito do programa, ou o que se chama nas ciências econômicas de efeito transbordamento (*spillovers*, no inglês).

1.3 Representatividade sem abrir mão do rigor científico

A seleção de participantes também respeitou o compromisso da Rede A Ponte com a representatividade regional, racial e do espectro político. Para isso, foram criadas cotas mínimas em cada uma das seguintes dimensões:

- **Raça:** pelo menos 75% das participantes negras ou indígenas
- **Região:** cotas por região:
 - 25% Nordeste
 - 20% Norte
 - 15% Centro-Oeste
 - 25% Sudeste
 - 15% Sul
- **Ideologia:** ao menos metade (50%) de vereadoras de partidos construídos historicamente a partir dos movimentos populares, com pautas progressistas e

alinhadas à defesa dos direitos humanos. São eles: PCdoB, PCB, PSOL, PSTU, PT, UP, PCO, PDT, PSB, REDE.³

Essas cotas foram integradas ao processo de sorteio de maneira transparente e técnica, garantindo diversidade no grupo tratado sem comprometer a imparcialidade da avaliação.

1.4 Aleatorização (sorteio)

Optamos por separar a amostra de vereadoras entre aquelas de capitais e de não-capitais por duas razões principais. Em primeiro lugar, era fundamental garantir a presença de vereadoras de todas as capitais, que desempenham um papel estratégico no cenário político brasileiro. As capitais concentram o poder estadual, atraem maior atenção da mídia e das organizações da sociedade civil, e muitas vezes funcionam como vitrine ou modelo para outros municípios. Segundo, as capitais apresentam perfis bastante distintos em relação às demais cidades brasileiras, seja em termos de contexto político, tamanho populacional ou estrutura administrativa. Para ilustrar essas diferenças, incluímos no anexo uma tabela que compara as médias de características relevantes entre capitais e não-capitais.

Capitais

Nas 17 capitais com vereadoras elegíveis⁴, o sorteio foi feito diretamente dentro de cada município, sempre garantindo que apenas uma vereadora fosse selecionada aleatoriamente. Foram calculados o total de vereadoras negras e indígenas em cada uma das 17 capitais, de forma que a probabilidade de tratamento foi definida artificialmente⁵ para respeitar as cotas explicitadas acima, de forma que a maioria da amostra fosse composta por vereadoras não-brancas. Quando mais de uma candidata negra ou indígena havia ganho no município, a vereadora tratada era escolhida a partir de um sorteio realizado com base em um número aleatório atribuído a cada vereadora não-branca.

³ Como no Brasil há mais de 70 partidos, sendo muitos deles com objetivo principal de servir como legenda eleitoral, sem organicidade na construção democrática de políticas públicas, a Rede A Ponte desenvolveu uma classificação de partidos própria, que considerou os partidos supracitados como comprometidos com os direitos humanos e a consolidação da democracia.

⁴ Cujas câmaras de vereadores ainda não tinham nenhuma vereadora atendida pelo Gabinete Compartilhado, e com pelo menos uma vereadora em primeiro mandato, que não fazia parte de um dos partidos excluídos, e cujo perfil foi validado como alinhado com os princípios da organização.

⁵ Tratamento = 1 para negras que fossem as únicas mulheres negras na sua câmara de vereadores, e Tratamento = 0 para as brancas que tivessem pelo menos uma vereadora negra como colega

Devido ao pequeno tamanho da amostra em capitais, esse sorteio não tem validação estatística para ser avaliado com metodologia RCT, e por isso as vereadoras de cidades capitais não serão avaliadas no âmbito do experimento, mas ainda farão parte da rede de parlamentares apoiadas pela organização e terão seus mandatos acompanhados. Isso porque grupos muito pequenos não permitem estimar efeitos de forma confiável, porque diferenças individuais entre as participantes podem pesar mais do que o efeito do programa em si. Isso significa que não há poder estatístico para separar o impacto real da intervenção de qualquer “ruído” durante os quatro anos de mandato⁶.

Não capitais

Após a definição da amostra de vereadoras participantes nas capitais, sobraram 83 vagas para os demais municípios. Nesses casos, a aleatorização envolveu mais etapas, de modo a respeitar os critérios metodológicos que permitem uma avaliação de impacto num contexto experimental, sem abrir mão das cotas definidas pela organização:

1. As vereadoras foram agregadas em **20 grupos**⁷, de acordo com sua **região, raça e ideologia**, com cada grupo tendo um número de vagas definido a partir da distribuição de cotas;

⁶ Uma regra de bolso em avaliações é que, quanto maior o número de participantes em cada grupo, menor o erro de medição e mais confiável a comparação entre tratados e controles. Para uma discussão mais detalhada, ver: Glennerster, Rachel, and Kudzai Takavarasha. "Running randomized evaluations: A practical guide." Running randomized evaluations. Princeton University Press, 2013.

⁷ Representando 5 regiões do Brasil, 2 classificações de raça (negra/indígena ou não) e duas classificações de ideologia (esquerda/centro-esquerda ou não).

Tabela: Distribuição de vagas por grupos

Região	Espectro partidário	Negra ou indígena	Número de vagas
Sudeste	Não-Progressista	Não	1
Sul			
Nordeste			
Centro-Oeste			
Norte			
Sul	Progressista		9
Nordeste			3
Sudeste			9
Centro-Oeste			1
Norte			
Nordeste	Não-Progressista	Sim	4
Sudeste			11
Norte			7
Centro-Oeste			1
Sul			20
Nordeste	Progressista		6
Sudeste			3
Norte			1
Sul			
Centro-Oeste			

- Dentro de cada grupo, aplicamos uma técnica estatística (*Principal Component Analysis*⁸) que nos ajudou a identificar semelhanças entre as vereadoras e formar **subgrupos equilibrados**, com vereadoras com características similares e, portanto,

⁸ O PCA foi rodado separadamente em cada grupo, usando variáveis socioeconômicas e políticas a nível local e individual para dividir os grupos em subgrupos similares. As variáveis foram escolaridade, se vereadora solo, % de colegas bolsonaristas na câmara, \$ de votos em vereadoras no município, percentual de voto em Bolsonaro em 2022, população municipal e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Utilizamos o primeiro componente (PC1) para criar os subgrupos, porque ele concentra o padrão mais forte de diferenças entre as vereadoras a partir das variáveis supracitadas. Assim, garante-se que as vereadoras sejam agrupadas de acordo com os fatores que mais as diferenciam no conjunto de dados, ou seja, cria-se subgrupos homogêneos internamente para a comparação entre vereadoras tratadas e as designadas para o grupo de controle.

comparáveis estatisticamente para servirem como grupo de controle e tratamento;

3. Cada subgrupo tinha de 3 a 15 vereadoras, e **uma delas foi sorteada** para participar do programa, ou seja, para o grupo de tratamento. Os demais nomes do subgrupo compuseram o grupo de controle (para comparação);
4. Subgrupos que não foram sorteados para essa primeira rodada entraram numa **lista de espera**, com ordem definida também por sorteio.

Esse sistema nos permitiu manter o equilíbrio entre os grupos, mesmo diante de recusas ou desistências posteriores. Uma visualização do processo de aleatorização está disponível no Anexo.

1.5 Lista de espera e substituições

A participação integral das vereadoras convidadas é um desafio enfrentado pela Rede A Ponte em edições anteriores do Gabinete Compartilhado, por razões que refletem tanto limitações práticas quanto barreiras de confiança na política. A ausência de contatos oficiais após a LGPD obrigou a equipe a depender de redes sociais, onde muitas vereadoras não têm perfis ativos, abertos ou acessíveis. Mesmo quando localizadas, algumas demonstraram desconfiança em relação a um apoio técnico gratuito, enquanto outras aceitaram o convite, mas depois interromperam a comunicação. Esses obstáculos ajudam a explicar a diferença entre o número de convidadas e o de participantes efetivas.

Sabendo que provavelmente nem todas as vereadoras convidadas confirmariam participação, criamos uma **lista de espera organizada por subgrupo**. Quando uma vereadora sorteada desistia ou não respondia, **todo o seu subgrupo era retirado**, e um novo subgrupo da lista de espera era ativado, mantendo o equilíbrio do experimento e garantindo a comparação justa entre vereadoras do grupo de controle e tratamento.

A ordem da lista de espera também seguiu critérios objetivos, baseados nos mesmos critérios do sorteio inicial. A lista de espera foi gerada de forma que, quando uma vereadora de um **subgrupo X** e **grupo Y** desistisse, outro subgrupo pertencente ao **grupo Y** fosse selecionado, no sentido de preservar a alocação das vagas por grupo.

1.6 Amostra final

A meta inicial do programa foi acompanhar **100 vereadoras tratadas**⁹. Para isso, partimos da primeira fase do sorteio com:

- 17 vereadoras de capitais convidadas a participar, mas não avaliadas pelo RCT
- 83 vereadoras tratadas em não capitais (com convite enviado)
- 351 vereadoras de não capitais no grupo de controle
- 134 vereadoras de não capitais em lista de espera

Abaixo, apresentamos uma tabela de comparação entre grupos. Ela mostra as médias de algumas variáveis usadas na definição dos grupos e subgrupos, tanto para o grupo de tratamento quanto para o de controle. A última coluna traz o p-valor, que indica se a diferença entre os dois grupos pode ser apenas fruto do acaso ou se é uma diferença relevante estatisticamente. Valores altos sugerem que os grupos são parecidos (ou pelo menos não diferentes estatisticamente); valores baixos sugerem que há diferenças significativas entre os dois grupos para aquela variável.

⁹ O tamanho da amostra se baseia em outros experimentos aleatorizados que também avaliaram poucas unidades, partindo da hipótese de que os resultados do experimento são válidos externamente e relevantes para a avaliação de políticas públicas devido a amostra ser representativa dentro da sociedade, abrangendo o grupo de pessoas que aceitaria "ajuda" caso o tratamento fosse uma política pública ofertada (Bloom N, Eifert B, Mahajan A, McKenzie D, Roberts J. 2013. Does management matter? Evidence from India. QJE 128(1):1–51. <https://doi.org/10.1093/qje/qjs04>).

Tabela: Comparação entre grupo de controle e tratamento (*Balance Table*)¹⁰

Variável	Controle	Tratadas	P-valor
Ensino superior	0,621 (0,039)	0,662 (0,117)	0,741
Vereadora solo	0,250 (0,032)	0,169 (0,102)	0,426
% de vereadores de partidos da coalizão do candidato Jair Bolsonaro em 2022 eleitos em 2024	29,000 (2,225)	39,981 (5,303)	0,027**
% de votos em mulheres (2024)	0,249 (0,007)	0,253 (0,011)	0,776
% de votos em Bolsonaro (2022)	0,408 (0,040)	0,434 (0,070)	0,617
População do município (2022)	36.801 (5.897)	31.352 (6.684)	0,462
IDH municipal (2010)	0,654 (0,016)	0,656 (0,023)	0,891
Idade	43,593 (0,477)	43,882 (1,340)	0,832
Raça: Preta ou Parda	0,519 (0,143)	0,421 (0,145)	0,369
Estado civil: Casada	0,528 (0,023)	0,485 (0,140)	0,772
Tamanho da câmara (número de vereadores)	10,849 (0,178)	11,472 (0,803)	0,449
% mulheres eleitas desde 2000	0,138 (0,006)	0,133 (0,017)	0,753
% população negra no município	0,583 (0,059)	0,542 (0,095)	0,633
% população feminina no município	0,499 (0,002)	0,500 (0,002)	0,694
Mesmo partido do prefeito	0,305 (0,025)	0,112 (0,048)	0,001***
Prefeito de partidos da coalizão do candidato Jair Bolsonaro em 2022	0,278 (0,032)	0,589 (0,132)	0,027**
% população do município sem ensino fundamental completo	0,521 (0,016)	0,518 (0,021)	0,842
<i>Observações:</i> Controle $N = 348$, Tratadas $N = 83$, Total $N = 431$. Clusters: 20.			

¹⁰ Erros-padrão (EP) entre parênteses abaixo das médias. Os p-valores provêm de testes pareados de médias; significância indicada por *** $p \leq 0,01$, ** $p \leq 0,05$, * $p \leq 0,10$. Erros padrão agrupados a nível do grupo. Os tamanhos da amostra correspondem aos tamanhos observados na Fase 5 de substituição de vereadoras que não aceitaram o convite.

Os asteriscos destacam as diferenças mais relevantes: dois indicam uma diferença estatisticamente significativa num intervalo de confiança grande (95%) e três indicam ainda mais certeza (ou seja, num intervalo de confiança ainda maior: 99%) de que a diferença não é aleatória, e sim sistemática entre os grupos. Quando são encontradas diferenças significativas, essa variável é incluída como variável de controle em qualquer comparação que fazemos entre tratamento e controle, de forma a separar a variação causada pela intervenção de diferenças prévias entre as vereadoras da amostra.

Como observado acima, os dois grupos são estatisticamente comparáveis em quase todas as dimensões incluídas na tabela: com exceção de duas variáveis utilizadas para medir o nível de conservadorismo no município (percentual de vereadores de partidos da coalizão do ex-presidente Jair Bolsonaro e prefeito dos mesmos partidos) e uma variável utilizada para medir a influência política individual das vereadoras (se faz parte do mesmo partido do líder do executivo local ou não).

As diferenças encontradas entre os grupos em relação ao alinhamento com a coalizão de Jair Bolsonaro e ao partido do prefeito não significam, necessariamente, que houve problema no sorteio. Isso acontece porque esses critérios não foram usados para formar os subgrupos e, em sorteios com números limitados de participantes, algumas variáveis sempre podem acabar desbalanceadas apenas pelo acaso. Além disso, o percentual de vereadores eleitos em 2024 reflete mudanças políticas locais posteriores às informações utilizadas na definição da amostra, enquanto a fragmentação partidária no Brasil explica por que é comum ter prefeitos e vereadores alinhados na mesma coalizão, mas em partidos diferentes.

2. Estratégia de Mobilização

Os convites foram iniciados em março de 2025, inicialmente a partir da plataforma Instagram. Tal escolha foi tomada tendo em mente que essa costuma ser a rede social mais utilizada pelas parlamentares, e a etapa de verificação dos perfis auxiliou na indicação dos perfis corretos ou mais ativos para as parlamentares da amostra, mesmo quando as informações do TSE encontravam-se desatualizadas. As estratégias de mobilização empregadas evoluíram ao longo do tempo a partir dos desafios que se colocavam e de conversas com especialistas em articulação política da equipe. Abaixo destrinchamos as principais estratégias de mobilização empregadas, assim como os

canais utilizados, os benefícios e limitações específicas a cada uma delas, além de exemplos:

Estratégia de Mobilização	Onde foi feito	Exemplo real	Força	Limitação
Digital Direta	Instagram (DM, comentários, curtidas, marcações em stories), Facebook, WhatsApp	Mensagem no direct do Instagram + reforço com curtidas e comentários	Canal mais ágil e acessível	Muitas mensagens visualizadas mas ignoradas, criando "limbo" de quase aceitação
Institucional	Ligações para câmaras municipais, e-mails institucionais, contatos via gabinetes	Tentativa de ligação para câmaras (muitas vezes sem sucesso)	Legítima a solicitação e cria rastro oficial	Alta taxa de não funcionamento dos canais (telefone/e-mail)
Relacional	Contatos em comum (ex.: outras vereadoras, assessores)	Uso de pontes de confiança de pessoas próximas	Maior chance de retorno positivo, por vir de alguém da rede de confiança	Depende da rede e pode demorar para gerar resposta
Presencial	Entrevistas marcadas, workshops presenciais, encontros de rede	Vereadoras que iniciaram entrevista ou participaram de workshop	Cria vínculo forte e compromisso	Depende de logística, agenda da equipe e disponibilidade das vereadoras.
Comunitária/Política	Aproximação via partidos, coletivos ou movimentos sociais que as vereadoras integram (Ex: MST, União Brasil, diretórios municipais)	Contato com membros de movimentos sociais e partidos próximos ou integrados pela à parlamentar	Conecta a causa a redes políticas organizadas e reduz a desconfiança no convite	Burocracia e intermediação política podem atrasar ou bloquear respostas

O acompanhamento segue até 2028, com três rodadas de coleta de informações: linha de base (2025), intermediária (2026–27) e final (2028). Para tal, desenvolvemos uma metodologia própria de entrevistas estruturadas em 14 dimensões, inspirada na estratégia de acompanhamento de mandatos que pilotamos na legislatura anterior (2020–2024) e na World Management Survey¹¹. Tal metodologia será publicada em breve, em conjunto com os achados das entrevistas de linha de base realizadas ao longo de 2025.

2.1 Desafios gerais

A mobilização das vereadoras selecionadas para participar do Gabinete Compartilhado tem revelado importantes desafios práticos, que merecem registro tanto para a transparência do processo quanto para o aprendizado em futuras edições do programa.

- **Falta de contatos oficiais:** desde as eleições de 2022, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deixou de disponibilizar e-mails e telefones de parlamentares eleitas, em observância à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Com isso, o contato inicial passou a depender principalmente das redes sociais, quando estas são conhecidas ou informadas por outras fontes. Acreditamos que as casas legislativas deveriam fornecer uma estrutura adequada para que a parlamentar ou o mandato possa ser contactado pela população em geral, sem comprometer ou depender de dados pessoais para tal (por exemplo, telefone e e-mail institucional ativo em todas as câmaras).
- **Perfis inexistentes ou restritos:** nem todas as vereadoras mantêm presença ativa nas redes sociais. Algumas não possuem perfil público, outras utilizam apenas contas pessoais e privadas, e há ainda aquelas que não têm contas conhecidas, o que exige buscas adicionais e muitas vezes infrutíferas.
- **Desconfiança quanto ao programa:** ao receberem uma oferta de apoio técnico gratuito, muitas vereadoras demonstram desconfiança inicial, especialmente em

¹¹ A metodologia da World Management Survey visa medir qualidade de gestão em diferentes setores, tendo sido desenvolvida pela primeira vez por pesquisadores do Banco Mundial em parceria com empresas de consultoria. Atualmente, é usada para avaliar práticas de gestão pública em áreas como educação e saúde. Para uma discussão detalhada das aplicações da WMS atualmente, ver Scur, D., Sadun, R., Van Reenen, J., Lemos, R., & Bloom, N. (2021). The World Management Survey at 18: lessons and the way forward. *Oxford Review of Economic Policy*, 37(2), 231-258.

contextos onde iniciativas semelhantes são inexistentes ou costumam estar atreladas a contrapartidas políticas ou financeiras. Esse estranhamento pode atrasar ou inviabilizar o início da participação, e até então a equipe não conseguiu encontrar uma solução factível no curto período de tempo necessário à realização das entrevistas de linha de base, considerando a comunicação online, para ultrapassar essa barreira. Em alguns casos, quando possível, apostamos em seguir convidando as parlamentares a participarem dos eventos e cursos abertos promovidos pela Ponte, como forma de possibilitar o desenvolvimento de confiança por parte dessas atrizes políticas.

- **Aceite seguido de silêncio:** mesmo após confirmar interesse, parte das vereadoras deixa de responder mensagens posteriores. Em alguns casos, chegam a agendar entrevistas, mas não comparecem ou não retomam contato, o que leva à necessidade de substituição por nomes da lista de espera.

Essas experiências reforçam a importância de registrar não apenas os resultados do RCT, mas também as condições de campo nas quais ele foi implementado, pois elas afetam diretamente o alcance e a representatividade do programa.

2.2 Desafios específicos à mobilização do grupo de controle

A mobilização das vereadoras do grupo de controle apresentou obstáculos próprios, distintos daqueles enfrentados com as tratadas. Como esse grupo não participa diretamente das atividades do Gabinete Compartilhado, o contato é feito apenas pela equipe de pesquisa, sem o respaldo institucional ou a visibilidade associada ao programa. Essa ausência de vínculo formal torna o convite menos atrativo e o retorno, muitas vezes, mais lento ou incerto.

Outro desafio importante diz respeito à **falta de contrapartidas**. Enquanto as vereadoras do grupo de tratamento recebem apoio técnico, participam de encontros e têm acesso a formações e oportunidades de rede, as do grupo de controle são convidadas apenas a conceder uma entrevista de linha de base, sem benefícios diretos imediatos. Em um contexto de sobrecarga de demandas e tempo escasso, essa assimetria reduz o incentivo à participação e contribui para a taxa menor de entrevistas concluídas entre as controles.

Por fim, a **ausência de um canal de contato institucional** agrava essas dificuldades. O grupo de controle depende do esforço individual da pesquisadora responsável pelo RCT para estabelecer o primeiro contato, sem o apoio da equipe de mobilização do programa. Essa limitação faz com que, mesmo entre vereadoras localizadas, o agendamento e a realização das entrevistas sejam mais difíceis e demoradas. Essas barreiras refletem a natureza do desenho experimental, mas também destacam a importância de planejar estratégias de engajamento específicas para participantes de grupos de comparação em futuras etapas do RCT, quando o tamanho da amostra do controle será essencial para a validade dos resultados.

3. Apêndice

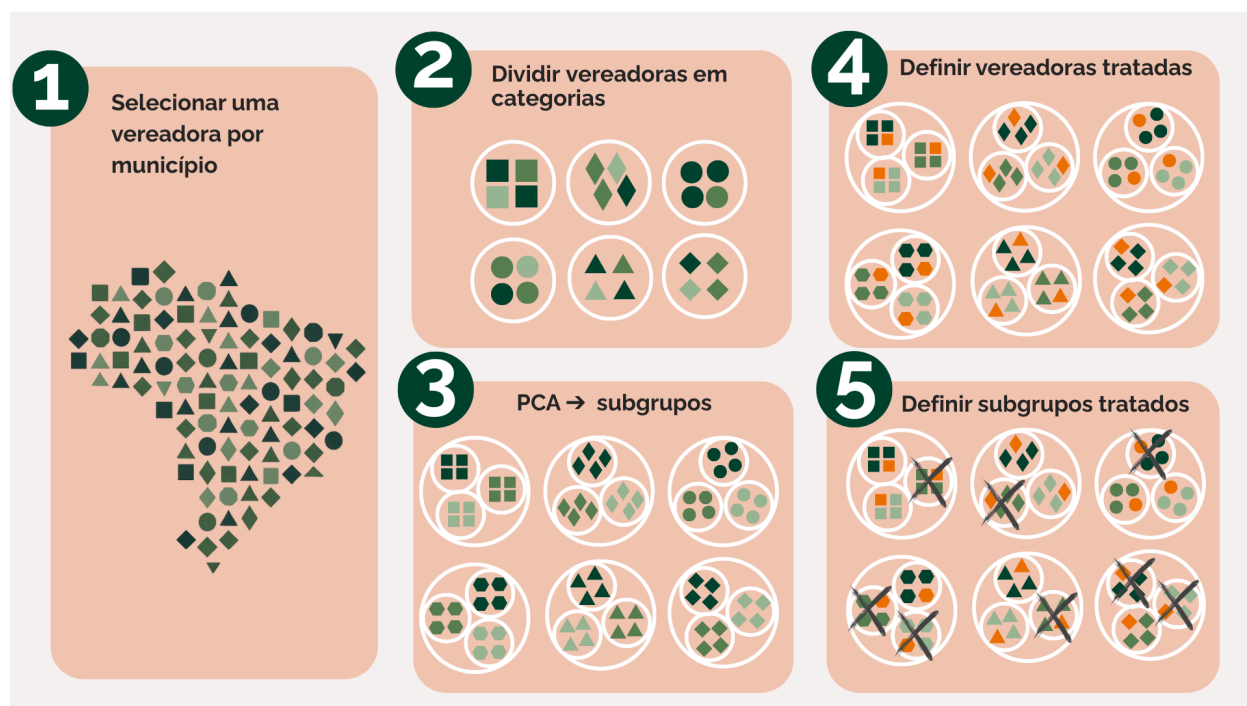
Tabela: comparação entre capitais e não capitais

Variável	Não-capital	Capital	P-valor
Ensino superior	0,591 (0,008)	0,836 (0,058)	0,000***
Vereadora solo	0,166 (0,007)	0,000 (0,000)	0,000***
% de vereadores de partidos da coalizão do candidato Jair Bolsonaro em 2022 eleitos em 2024	28,221 (0,418)	37,754 (2,037)	0,000***
% votos em mulheres (2024)	0,265 (0,002)	0,250 (0,012)	0,195
% de votos em Bolsonaro (2022)	0,409 (0,004)	0,490 (0,026)	0,000***
População do município (2022)	1.320.949,856 (62.608,408)	67.936,951 (4.608,681)	0,000***
IDH municipal (2010)	0,765 (0,001)	0,662 (0,005)	0,000***
Idade	43,155 (0,081)	43,530 (0,341)	0,339
Raça: Preta ou Parda	0,421 (0,004)	0,541 (0,018)	0,000***
Estado civil: Casada	0,566 (0,004)	0,485 (0,016)	0,000***
Tamanho da câmara (número de vereadores)	23,361 (0,115)	10,946 (0,189)	0,000***
% mulheres eleitas desde 2000	0,165 (0,001)	0,129 (0,003)	0,000***
% população negra no município	0,470 (0,004)	0,500 (0,017)	0,097*
% população feminina no município	0,523 (0,000)	0,496 (0,002)	0,000***
Mesmo partido do prefeito	0,370 (0,005)	0,232 (0,014)	0,000***
Prefeito de partidos da coalizão do candidato Jair Bolsonaro em 2022	0,341 (0,005)	0,474 (0,019)	0,000***
% população do município sem ensino fundamental completo	0,448 (0,003)	0,538 (0,015)	0,000***

Observações: Capital $N = 61$, Não-capital $N = 3.613$

Nota: O p-valor indica se a diferença entre os dois grupos pode ser apenas fruto do acaso ou se é uma diferença relevante estatisticamente. Valores altos sugerem que os grupos são parecidos (ou pelo menos não diferentes estatisticamente); valores baixos sugerem que há diferenças significativas entre os dois grupos para aquela variável. *** significa que a diferença é muito provavelmente sistemática (menos de 1% de chance de ser ao acaso), ** indica até 5% de chance de ser ao acaso, e * até 10%.

Infográfico: Aleatorização Gabinete Compartilhado



Nota: O gráfico acima ilustra o passo a passo do algoritmo de aleatorização desenvolvido no software *STATA* para o RCT *Gabinete Compartilhado*, voltado a vereadoras de municípios não capitais. A amostra inicial incluía 3.613 vereadoras, das quais 1.153 foram excluídas após a validação de perfis pela equipe. Em seguida, foram criados 20 grupos (categorias) e aplicada uma técnica de redução dimensional linear, o PCA, que resume diversas características das vereadoras em poucos indicadores, permitindo formar grupos equilibrados e comparáveis para o sorteio aleatório. Ao final da primeira rodada da aleatorização, a amostra contava com 83 vereadoras no grupo de tratamento, 134 na lista de espera, e 350 no grupo de controle.

Avaliação de Impacto do Gabinete Compartilhado - Metodologia RCT

Realização: Rede A Ponte - Rio de Janeiro - RJ; outubro de 2025; 15 fls.

Redação: Renata Canini

Revisão: Amanda de Albuquerque, Maria Mercadante, Rhaysa Ruas

Design e diagramação: Tatiana Ruediger

ISBN:

Agradecimentos:

Esta Nota Técnica faz parte do programa de Conhecimento da Rede A Ponte, detalhando o processo de avaliação dos mandatos que faz parte do produto *Gabinete Compartilhado do Programa de Fortalecimento de Mandatos*. Agradecemos o apoio e a colaboração dos pesquisadores Frederico Finan e Thomas Fujiwara, que auxiliaram no desenvolvimento do experimento e na construção da metodologia.

Rede A Ponte - Expediente:

Diretora Executiva: Amanda de Albuquerque

Diretora de Estratégia: Rhaysa Ruas

Coordenadora de Mobilização e Articulação Política: Lauana Chantal

Coordenadora de Comunicação: Steffane Azevedo

Gerente de Projetos: Maria Mercadante

Para citar esse documento:

REDE A PONTE. Avaliação de Impacto do Gabinete Compartilhado - Metodologia RCT.

Rio de Janeiro: Rede A Ponte, out. 2025. 20 fls.. Disponível em: <www.redeaponte.org>.

Acesso em: dia mês ano.

Correalização

